



## O ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: TEORIAS EM XEQUE?<sup>1</sup>

Israel Roberto Barnabé<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo propõe uma reflexão sobre o estudo das relações internacionais, abordando, de maneira específica, o debate sobre a viabilidade ou não da utilização das teorias em pesquisas na América Latina. Excetuando a teoria da dependência, caracterizada por uma análise do cenário internacional desde o ponto de vista da periferia, o conjunto das teorias das relações internacionais tem sido desenvolvido por pesquisadores das grandes potências – o que tem gerado, nos últimos anos, uma discussão sobre a universalidade, a neutralidade e a objetividade que tais teorias poderiam oferecer.

Sem negar a necessidade de uma análise crítica sobre o uso das teorias, mas, por outro lado, longe de abrir mão de sua importância na análise dos fenômenos internacionais, busca-se, no presente artigo, verificar qual o alcance, os limites e a importância das teorias nos estudos sobre as relações internacionais na América Latina.

### Teorias para que?

Teorias para que? À primeira vista, a pergunta parece simplória, desnecessária, gerando, aparentemente, respostas óbvias, incisivas, certas. Entretanto, esta indagação tem acompanhado as pesquisas em diversas áreas das Ciências Humanas e, mais especificamente para o propósito do presente artigo, os estudos dos fenômenos internacionais.

De um modo geral, podemos demonstrar a importância da teoria a partir de três pontos, a saber: o necessário ordenamento racional da realidade, a análise do objeto para além da simples descrição e a possibilidade de análises prospectivas.

O ordenamento racional da realidade remonta ao período clássico da Grécia Antiga quando os primeiros filósofos iniciaram discussões que, ao negarem o real como algo previamente determinado pelos deuses ou pela ordem natural das coisas,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no XXVII Congresso ALAS, Buenos Aires, setembro de 2009.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais (Relações Internacionais e Política Externa) pela Unicamp. Professor Adjunto do Núcleo de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe – Brasil.  
E-mail: irbarnabe@uol.com.br



ultrapassaram o senso comum e desnudaram inquietações humanas sobre sua existência e sobre os fenômenos que caracterizavam e fundavam a vida social da época. A negação que deu forma ao pensamento filosófico clássico criticou dogmas e sentidos que caracterizam o senso comum, duvidou do real e ousou buscar respostas racionais (apesar de sua raiz abstrata) para os questionamentos e para as incertezas humanas acerca de sua origem, de seu propósito no planeta e de seu destino.

Nota-se que uma análise da realidade para além do aparentemente verdadeiro só é possível a partir da construção de teorias que analisam e interrogam o objeto investigado. Uma teoria é, portanto, uma visão de mundo racionalmente construída e seu propósito inicial é possibilitar um entendimento científico sobre os fenômenos pesquisados. Cada teoria apresenta um conjunto de conceitos que torna possível a interpretação da realidade dentro de determinada visão de mundo, além de uma metodologia própria capaz de viabilizar as investigações. Na Sociologia, por exemplo, a postura justificadora do *status quo* apresentada pelo Positivismo (visão de mundo) é viabilizada por uma série de conceitos – ordem, progresso, instituições sociais, anomia, fato social, etc. – e possibilitada por uma metodologia “organicista” que se apropria desses conceitos para a análise. Na outra ponta, só para efeito de ilustração, a corrente marxista vislumbra um cenário social conflituoso, desigual e injusto (visão de mundo), faz uso de conceitos como classe social, luta de classes, mais valia, revolução, etc., numa perspectiva metodológica dialética.

Em decorrência de seu objetivo inicial, a teoria possibilita uma investigação que ultrapassa a mera descrição dos fenômenos. Para a ciência, não basta apenas apontar o que sucede, mas também, e principalmente, por que sucede, de que modo, para qual propósito. Amparada em uma teoria, a pesquisa ganha *status* científico e colabora para o avanço do conhecimento. Entretanto, se, por um lado, a teoria faz com que o investigador avance para além da descrição, num outro extremo, pesquisas teóricas, sem um pé na realidade, podem levar o pesquisador a elucubrações, divagações que pouco colaboram para o avanço do conhecimento. Em uma palavra, pesquisas sem uma base teórica podem levar à superficialidade da descrição, pesquisas excessivamente teóricas tendem ao vazio da abstração pura. Conforme afirma Aron,

O estudo empírico das relações internacionais visa precisamente determinar a percepção histórica que orienta o comportamento dos atores coletivos, as decisões dos responsáveis por esse comportamento. A teoria põe em



evidência a diversidade dos temas dos conflitos entre os atores coletivos e dos seus objetivos.<sup>3</sup>

Embora não seja uma exigência nas pesquisas científicas, as análises prospectivas possibilitadas por estudos que conciliam adequadamente postura teórica e análise empírica completam o tripé proposto por este artigo na discussão sobre a importância das teorias. No mundo contemporâneo, onde as mudanças alcançam velocidade e complexidade nunca antes vistas, é mister para a ciência poder apontar possíveis tendências, traçar cenários e levar luz a um futuro breve que se apresenta obscuro para os tomadores de decisão, para os diversos atores sociais que compõem hoje os cenários doméstico e internacional e para a humanidade de um modo geral. O futuro depende cada vez mais das decisões tomadas no presente e o acerto dessas decisões só pode ser garantido pelo trabalho de pesquisadores (estamos aqui nos restringindo ao âmbito das Ciências Humanas) conscientes de que uma postura teórica crítica é fundamental para o entendimento racional dos diversos fenômenos que compõem o social na atualidade.

### **O Internacional e as Teorias das Relações Internacionais**

A Sociedade Internacional Moderna teve, como ponto de origem, o fim da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) quando o Tratado de Westfália (1648) estabeleceu as bases sobre as quais a Europa passaria a ser edificada. Dentre os vários postulados estabelecidos pelo Tratado, destacam-se: a) o estabelecimento do Estado-Nação com supremacia interna sobre todos os outros atores sociais e independência externa na relação com os outros Estados – caracterizando seu *status* de soberano, b) a subordinação da Igreja Católica ao Estado, além de instituir a liberdade religiosa (abrindo mais espaço para o avanço do Protestantismo), c) o estabelecimento das fronteiras nacionais, redesenhando a Europa e caracterizando o espaço no qual as nações se desenvolveriam e os Estados atuariam.

Nos séculos seguintes a Sociedade Internacional, correspondendo inicialmente ao concerto europeu de Estados, avançou e amadureceu suas bases e seus princípios. Seguindo as discussões de Bull<sup>4</sup>, a partir da consolidação dos Estados Nacionais, inicia-

<sup>3</sup> ARON, R. **Estudos Políticos**. Brasília: UNB, 1980, p. 325.

<sup>4</sup> BULL, H. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.



se um contato regular entre esses atores, internacionais por excelência, pautado em cooperação e conflito nos âmbitos político, econômico e social. Esta interação que influencia mutuamente o comportamento das unidades políticas forma os sistemas internacionais. A Sociedade Internacional, propriamente dita, configura-se como avanço e aprofundamento dos sistemas, pressupõe a elaboração de valores, regras e interesses comuns, e se concretiza, de fato, a partir da instituição das Organizações Internacionais. Nas palavras do autor, a sociedade internacional toma corpo “quando um grupo de estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de considerarem-se ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns.” (p. 19).

Nota-se, portanto, que foi somente no século XX, e mais especificamente no final da Segunda Guerra Mundial, que a Sociedade Internacional alcançou sua maturidade. Isso porque surgem, a partir daí, as mais importantes e abrangentes Organizações Internacionais da história e, por outro lado, por ter sido na segunda metade do século que o Internacional passou a significar o mundial, o planetário, o global.

Não é por acaso que as Teorias das Relações Internacionais começaram a ser construídas no século XX. Nas Ciências Humanas, de um modo geral, uma nova ciência surge quando um novo objeto se apresenta na realidade. Foi assim com a Sociologia no século XIX quando emerge a “questão social”, ou seja, quando a sociedade ganhou uma complexidade tal que exigiu o estabelecimento de uma ciência própria que pudesse investigar os fenômenos sociais que se apresentavam. Também foi assim com as Relações Internacionais quando, no século XX, o Internacional transformou-se em objeto a ser investigado.

É interessante notar que os acontecimentos do século XX (Guerras, avanços científico-tecnológicos, disputas ideológicas, etc.) modificaram sobremaneira os contextos nacional e internacional, gerando, de acordo com alguns autores, uma crise de paradigmas. A Sociologia, já com seus preceitos teóricos constituídos, iniciou uma série de reflexões acerca da atualidade dos clássicos, da emergência das discussões pós-modernas, da urgência em lidar com novos temas e atores. As relações internacionais, por sua vez, começavam a organizar suas teorias, delimitar as correntes de pensamento e seus respectivos conjuntos conceituais, justamente em meio ao turbilhão de transformações que ocorriam. Isto certamente coloca-se ainda hoje como um desafio



para a consolidação teórica da área, tendo em vista a dificuldade de construiu teorias em um mundo sob constantes e profundas transformações.

Uma teoria das relações internacionais, conforme afirma Bedin<sup>5</sup>, é “uma visão, uma interpretação, uma perspectiva dos fenômenos internacionais ou mundiais, amparada em algum método, cuja pretensão é explicar e dar sentido pra os fatos que estão se desenrolando no cenário internacional.” (p. 62)

Embora não haja consenso entre os autores sobre o conjunto das Teorias das Relações Internacionais, podem-se destacar (e isso facilita o debate proposto por este artigo) quatro grandes correntes teóricas, quais sejam: o Idealismo, o Realismo, a Dependência e a Interdependência. Evidentemente não faremos aqui uma análise de cada uma das correntes, senão apenas uma apresentação que servirá para as considerações finais do trabalho.

Ainda no início do século passado, W. Wilson (presidente dos Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial) deu os primeiros passos para a construção teórica das relações internacionais. Seus 14 pontos, que tinham como meta o estabelecimento da paz entre as nações, num viés liberal, abriram caminho para a edificação da Teoria Idealista e inspiraram pesquisas, movimentos e organizações que postulavam a possibilidade de um mundo melhor e pacífico no futuro. Conforme demonstra Miyamoto, “o idealismo pode ser interpretado como um conjunto de princípios universais que defende a necessidade de estruturar o mundo buscando o entendimento, através de condutas pacifistas, onde a confiança e a boa vontade sejam os motores que movimentam a História”.<sup>6</sup>

Embora tenha sido muito criticado, principalmente por não conseguir explicar as relações de poder e conflito entre os Estados, o Idealismo se mantém como corrente explicativa e ressurge na atualidade como alternativa para um século que enfrentará limites, aparentemente, intransponíveis.

Resguardada a importância de Wilson para a constituição teórica das relações internacionais, destaca-se o fim da Segunda Guerra Mundial como o período em que as teorias, de fato começam a tomar corpo. Não por acaso, o Realismo de Morgenthau, Carr, Aron, Kissinger, representou não somente uma reação ao idealismo romântico do período entre guerras, mas consolidou-se como o paradigma clássico das relações

<sup>5</sup> BEDIN, G. A. “O Realismo Político e as Relações Internacionais: algumas reflexões sobre o paradigma tradicional das relações internacionais”. \_\_\_\_ **Paradigmas das relações internacionais**. Ijuí: Unijuí, 2000.

<sup>6</sup> MIYAMOTO, S. “O Ideário da Paz em um Mundo Conflituoso”. BEDIM, G. A. **Paradigmas das relações internacionais**. Ijuí: Unijuí, 2000, p. 15.



internacionais. Ao contrário do Idealismo, o Realismo vê no conflito perpétuo entre as nações, a grandeza da história humana. Formulada a partir de conceitos como, anarquia, conflito, poder, interesse, e apresentando uma proposta estadocêntrica para os estudos das relações internacionais, a Teoria Realista obteve grande repercussão acadêmica e política, principalmente no interior das grandes potências e ocupou (e ainda ocupa) grande espaço nas investigações dos fenômenos internacionais.

É importante atentar para o caráter acrítico dessas duas teorias no que concerne às desigualdades, assimetrias e injustiças que caracterizam as relações internacionais. Mais do que isso, cada uma a sua maneira busca justificar a realidade (dentro dos moldes capitalistas ocidentais) ao vestirem-se de objetividade e universalismo. A busca da ciência por princípios universais e posturas objetivas, às vezes tentando postular verdades absolutas, pode representar - no que tange às Ciências Humanas - uma semelhança perigosa a dogmas religiosos. Perigosa porque tal caminho vai de encontro à própria razão de ser da ciência - a mutação constante do mundo e a dúvida cotidiana.

Evidentemente as construções teóricas do Idealismo e do Realismo estão vinculadas fatalmente ao pensamento e aos valores da época, aos interesses dos países de origem e à percepção própria dos autores com relação aos acontecimentos. Neste sentido são teorias subjetivas e explicam fenômenos apenas no ângulo que pensam ser relevantes, descartando o que não merece ser investigado. Mas isso não é próprio de toda teoria na área das Ciências Humanas? Pensamos que sim. Conforme afirma Tickner<sup>7</sup>, "(...) um paradigma cumpre a função de configurar aqueles aspectos que uma comunidade científica julgará dignos de serem investigados, ao tempo que marginaliza os problemas que (...) contradizem de alguma maneira os supostos centrais do paradigma." (p.10 - tradução nossa)

O desafio é, portanto, verificar o alcance dessas teorias para além do universo espaço-temporal e ideológico em que foram criadas, checar quais as contribuições que podem oferecer na investigação de fenômenos contemporâneos, e avaliar ainda seus limites, suas deficiências.

---

<sup>7</sup> TICKNER, A.B. **Los estudios internacionales en América Latina. ¿subordinación intelectual o pensamiento emancipatório?** Bogotá: Universidad de los Andes, Cesó, Depto de Ciência Política: Alfaomega, 2002.



### **Continuando a discussão teórica – dependência e interdependência**

Em virtude dos limites apresentados pelas teorias idealista e realista, a América Latina, a partir dos estudos iniciais da Cepal nas décadas de 1950 e 1960, começa um debate que se transformaria numa contribuição da periferia para o estudo das relações internacionais – a Teoria da Dependência. Uma distinta abordagem do mundo, aprofundando as discussões sobre a assimetria internacional e abrindo outro leque de temas para serem investigados pelo internacionalista. Ainda segundo Tickner, “(...) o pensamento da escola cepalina tentou demonstrar como a expansão do capitalismo, a divisão internacional do trabalho e a inserção das economias latino-americanas no sistema mundial produziram relações assimétricas entre os grandes países do centro e as nações da periferia.” (p.48 – tradução nossa)

A Teoria da Dependência representou uma importante mudança no olhar científico sobre o Internacional. De uma visão horizontal que enxergava o mundo sob a perspectiva ideológica da Guerra Fria, priorizava a segurança num conflito constante com o comunismo e, a partir daí, buscava alianças e alinhamentos (lógica do Realismo), a América Latina passou a enxergar o mundo numa perspectiva vertical, trazendo à tona outro tipo de conflito (Norte X Sul) e desnudando as assimetrias que caracterizam as relações internacionais. Esta visão de mundo trouxe outro conjunto de conceitos para as pesquisas dos fenômenos internacionais: centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento, exploração, desigualdade, jogo de soma zero, etc. Também considerou outros atores: classes sociais, sindicatos, empresas multinacionais, entre outros.

Como toda teoria, a Dependência, em suas várias correntes, seleciona alguns aspectos da realidade para investigar; o faz sob a luz de uma visão específica da realidade e a partir de um conjunto próprio de conceitos. Descarta, portanto, outro conjunto de fenômenos que não seriam relevantes para a investigação científica. Evidentemente, oferece outro enfoque nos estudos do Internacional, mas também apresenta limites de análise, como, por exemplo, sua incapacidade de analisar as relações de interdependência que caracterizam o mundo contemporâneo, para além da divisão centro x periferia.

Em recente artigo<sup>8</sup>, José Luís Fiori, ao apresentar os infrutíferos resultados que as vertentes da teoria da dependência deixaram na América Latina, afirma que “(...) é

---

<sup>8</sup> FIORI, J. L. “Um continente sem teoria”. **Valor Econômico**, 22 de abril de 2009.



uma má notícia saber que não existe mais uma teoria capaz de ler e interpretar a história do continente, e fundamentar uma estratégia coerente de construção do futuro, respeitada a imensa heterogeneidade latino-americana.” Nota-se, entretanto que, atualmente, a teoria da dependência tem sido revisitada para explicar nexos de dependência num mundo interdependente, mantendo sua importância teórica nas investigações das relações internacionais, apesar dos seus limites.

De fato, as mudanças que ocorreram no mundo nas últimas décadas evidenciaram problemas que têm exigido uma reavaliação dos princípios teóricos da teoria da dependência. Dentre os fatos que mais colaboraram para o novo desenho internacional que se apresenta, pode-se destacar: a queda do muro de Berlim e o fim da URSS, a conseqüente expansão mundial do capitalismo e a evolução tecnológica que redefiniu as relações de produção e uniu o mundo numa teia econômico-financeira extremamente complexa e frágil.

Destaca-se ainda, o eclodir dos países “em desenvolvimento” ou “economias emergentes” que não se enquadram nem no perfil de países do centro, nem da periferia e desafiam, evidentemente, as discussões sobre a dependência. Para completar a configuração atual, tem-se a ampliação da agenda internacional dos países e do número de atores, além do amadurecimento de vários blocos regionais nos quatro cantos do mundo.

A globalização abriu espaço para as discussões sobre a interdependência e o processo acabou transformando-se na quarta grande corrente teórica das relações internacionais - a teoria da interdependência, tendo Nye, J. e Keohane, R. como seus principais expoentes. Uma das principais contribuições desta teoria é o destaque dado à idéia de cooperação. Sem negar o caráter conflituoso das relações internacionais nem seu aspecto assimétrico, os interdependentistas salientam a importância das Organizações Internacionais e apostam num jogo de soma positiva onde todos ganham.

Estruturada por conceitos como cooperação, interdependência assimétrica, sensibilidade e vulnerabilidade, a teoria da interdependência salienta a importância da cooperação entre as nações da aldeia global e possibilita o estudo dos blocos regionais onde os países, para além das alianças que caracterizaram o século XX, eventualmente abrem mão de interesses individuais em prol dos blocos dos quais são membros.

As discussões sobre a ascensão de outros atores no cenário internacional (Organizações Internacionais, ONGs, Empresas Multinacionais, Opinião Pública Mundial) geraram os debates sobre a crise do Estado Nacional que, fragilizado



externamente por dividir seu poder com esses outros atores e incapaz de atender sozinho todas as demandas internas da sociedade que representa, teria deixado de ser um ator relevante na configuração política contemporânea. Esta questão tem gerado muitos debates nos meios acadêmico e político mundo afora. A tarefa de encontrar o tamanho ótimo do Estado e do Mercado tem envolvido o mundo moderno e a crise internacional dos últimos meses mostra que a solução deste desafio está longe de ser alcançada.

Nota-se com esta breve apresentação das quatro principais correntes teóricas das relações internacionais que cada teoria é marcada pelo contexto histórico em que é elaborada, pelos interesses dos países ou regiões onde são geradas e pela postura dos autores com relação a essas condições. Neste sentido, seria ingênuo pensar que uma ou outra teoria poderia abarcar a totalidade dos fenômenos internacionais e explicá-los de maneira universal e objetiva. Os limites e a característica política das teorias têm gerado debates sobre sua utilidade, como veremos a seguir.

### **Considerações Finais: teorias em xeque?**

Como demonstramos anteriormente, uma teoria tem o objetivo de analisar racionalmente o mundo, avançando para além do senso comum ou de descrições simplórias do real e propor análises prospectivas que possam ajudar a prever acontecimentos futuros. É constituída quando algum fenômeno ganha complexidade tal que exige o olhar científico. Esta é a pergunta que deve ser feita então: quando olho para as relações internacionais, o que vejo? A resposta a esta questão vai variar de acordo com a lente teórica utilizada, mas, qualquer que seja a lente escolhida, há sempre uma resposta para a questão.

Evidentemente a escolha teórica tem implicações políticas. Isto por várias razões: a) o sujeito investigador não é neutro e sua escolha implica numa visão política de mundo, b) a explicação do real sempre será parcial porque, ao delimitar o objeto investigado, o sujeito investigador descarta uma série de fenômenos que não serão pesquisados, c) as teorias não são imparciais por estarem ligadas a valores e interesses e, por fim, d) a pretensão universal das teorias resvala em seus limites e nas críticas que recebem. Salientando esses limites das teorias, Cervo<sup>9</sup> afirma que,

---

<sup>9</sup> CERVO, A. L. "Conceitos em Relações Internacionais". Revista Brasileira de Política Internacional, ano 51, v. 2, 2008.



“(…) o alcance explicativo universal das teorias é forjado, visto que se vinculam a interesses, valores e padrões de conduta de países ou conjunto de países onde são elaborados e para os quais são úteis, contraditoriamente aos conceitos, que expõem as raízes nacionais ou regionais sobre as quais se assentam e se recusam estar investidos de alcance explicativo global”. (p. 8)

Evidentemente, como também apontamos, as teorias têm seus limites de análise e isso não ocorre apenas nas relações internacionais, faz parte da natureza das Ciências Humanas, de um modo geral. Entretanto, descartá-las implicaria em deixar descoberto um objeto que exige explicação científica. E esta é a defesa de Cerro - não mais utilizar as teorias nos estudos das relações internacionais. O autor termina o artigo acima referido com a seguinte afirmação:

Contribuir para o fim das teorias de relações internacionais e para sua substituição por conceitos aplicados às relações propõe-se como caminho para transição do sistema internacional posto a serviço de interesses, valores e padrões de conduta de velhas estruturas do capitalismo para outro que acolha interesses, valores e padrões de conduta dos países emergentes. Propõe-se evolução mental correspondente à evolução material em curso. (p. 24)

Quando em seu mais recente livro<sup>10</sup>, Cerro analisa historicamente a trajetória da política externa brasileira (e o faz com a propriedade que lhe é peculiar) destaca quatro períodos conceituando-os de liberal-conservador, desenvolvimentista, normal ou neoliberal e logístico. Como análise da política externa, embora a postura do autor tenha seus críticos, o livro coloca-se entre os mais importantes sobre o assunto no Brasil. Entretanto, as relações internacionais não parecem ser o objeto de investigação do autor.

Do nosso ponto de vista, a teoria oferece ao pesquisador uma visão de mundo, uma interpretação do real e toma corpo a partir do conjunto de conceitos que a estrutura. Neste sentido, conceitos não substituem teorias, mas, pelo contrário, são constitutivos

---

<sup>10</sup> CERVO, A. L. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.



desta. O que pretendemos apontar é que as teorias das relações internacionais estão aí, quer gostemos ou não, e são fundamentais para os estudos dos fenômenos próprios deste objeto. Assim, Idealismo, Realismo, Dependência e Interdependência, apesar de seus limites de análise e das críticas que recebem, formam hoje o rol principal de teorias das relações internacionais e, cada uma a sua maneira, oferece possibilidades de análise e respostas para os problemas científicos levantados pelo mundo acadêmico.

É verdade que, com exceção da Dependência, as teorias das relações internacionais foram elaboradas por pesquisadores norte-americanos ou de outros países centrais como Inglaterra e França e, evidentemente, carregam as impressões destes países. Mas isso não significa que, automaticamente, são incapazes de explicar o Internacional ou fenômenos de outras partes do mundo. Por exemplo, é possível utilizar a Teoria da Interdependência e destacar a idéia de cooperação, tanto para analisar aspectos da União Européia, como do Mercosul, mesmo havendo diferenças importantes entre os dois blocos.

O Seminário Internacional “Teorias e Conceitos de Relações Internacionais: perspectivas nacionais e regionais”, realizado em Brasília em agosto de 2008, mostrou como as teorias das relações internacionais tem envolvido pesquisadores de várias partes do mundo e, por outro lado, como não há consenso sobre a classificação dessas teorias, sua utilização e seus limites. É fato que as teorias estão sempre sendo revistas e devem acompanhar a evolução da humanidade, mas registramos aqui o fato de que, apesar das mudanças das últimas décadas, o quarteto teórico apresentado neste artigo continua a ser a base para as análises do objeto a que se propõe: as relações internacionais.

### **Bibliografia**

ARON, R. **Estudos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

BEDIN, G. A. “O Realismo Político e as Relações Internacionais: algumas reflexões sobre o Paradigma Tradicional das Relações Internacionais”. \_\_\_\_\_

**Paradigmas das Relações Internacionais**. Ijuí: Unijuí, 2000.

BULL, H. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: 2002.



CERVO, A. L. “Conceitos em Relações Internacionais”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 51, nº 2, 2008.

\_\_\_\_\_ **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FIORI, J. L. “Um continente sem teoria”. **Valor Econômico**, 22 de abril de 2009.

MIYAMOTO, S. “O Ideário da Paz em um Mundo Conflituoso”. BEDIN, G. A. **Paradigmas das Relações Internacionais**. Ijuí: Unijuí, 2000.

SARFATI, G. **Teorias das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

TICKNER, A. B. **Los estudios internacionales en América Latina. ¿subordinación intelectual o pensamiento emancipatório?** Bogotá: Universidad de los Andes, Cesó, Depto de Ciência Política: Alfaomega, 2002.